

Estado e a queda no ritmo de expansão... (final)

Economia - Brasil

Marco Antônio
Mastrobuono (*)



O regime de preços de mercado imperfeito, restaurado pela Revolução de 1964, cedeu lugar à "liberdade vigiada". Sob este eufemismo, reimplantou-se um sistema de preços administrados que se explicitou com o CIP. A "liberdade vigiada" constituía-se num mecanismo de coação para manter os preços dentro de tetos desejados pelo governo. As ameaças de devassas fiscais nas empresas rebeldes ou de represálias por parte dos estabelecimentos oficiais de crédito revelaram-se instrumentos eficazes.

A contenção artificial dos preços poderia ter-se traduzido numa escalada violenta da propensão marginal para o consumo. Tal efeito foi em grande medida neutralizado pela criação de mecanismos substitutivos de poupança. Uns compulsórios, como PIS, Pasep e FGTS. Outros voluntários, como as cadernetas de poupança, intensamente prote-

gidas e estimuladas. A promessa de remuneração real, somada à correção monetária, foi o estímulo principal, embora não tenha sido único.

A sintomatologia dos preços reprimidos já era indiscutível ao fim do governo Médici. A manipulação das estatísticas, que revoltou os sindicatos, e a "inflação corretiva" do início da gestão Simonsen são os exemplos mais conhecidos e comentados de tais sintomas.

A recidiva inflacionária, então reprimida e disfarçada, não foi porém a mais grave consequência. Mais nociva ainda foi a alteração do processo de formação da poupança global. Este fenômeno, pouco discutido, é a raiz verdadeira da escalada estatizante e do fortalecimento da tecnocracia.

Só as economias muito incipientes crescem mais pela incorporação de novas atividades do que pela expansão daquelas que já existem. Não é o caso do Brasil. O crescimento das unidades produtivas, já em operação, obtém-se de forma mais rápida e econômica pelo reinvestimento dos lucros. O lucro é, pois, o meio mais importante de

formação de poupanças, uma vez que dispensa o tempo e o custo para administrá-las e intermediá-las. Esta importância é ainda maior numa economia afetada por alguma inflação. A poupança, realizada na forma de lucro, permite comprometer antecipadamente o gasto de capital com base no prognóstico do fluxo de caixa. A antecipação da operação de investimento beneficia-se de um nível de preços mais baixo que o vigente na ocasião em que a receita se efetivará.

Mais baixo ainda que o nível de preços que estaria vigindo quando a poupança fosse captada no mercado de intermediação financeira, no caso de que não fosse obtida mediante lucro, em razão de preços reprimidos. Numa economia inflacionária, são distintas, pois, as taxas de acumulação de capital que resultam da forma sob a qual se realiza e se mobilitiza financeiramente a poupança.

Para um mesmo esforço social de contenção de consumo, para um mesmo nível de sofrimento popular — se a linguagem for política — chega-se a quantidades diferentes de capital.

No Brasil, o abandono do regime de preços de mercado, combinado com o crédito ao consumo, deslocou parte importante das poupanças, do lucro das empresas, para grandes fundos financeiros de poupança. Estimulados de forma diversa, tais fundos vieram a adquirir dimensões comparáveis aos depósitos bancários a vista. O processo reduziu a taxa de acumulação de capital da economia.

O fenômeno, como se vê, é um germe de elevação de preços e de perda de velocidade na acumulação de capitais. Um embrião de estagflação, portanto. Não obstante, outras consequências, igualmente graves, resultaram das deformações da estrutura da poupança agregada.

Não voltou para as empresas uma parte importante da poupança que se desviou dos lucros do setor produtivo. Não voltou nem mesmo encarecida ou tardivamente. Foi aplicada em programas de interesse social. No programa nacional de habitação e no saneamento básico, principalmente. Observe-se que a rentabilidade de tais investimentos, ainda que positiva,

é menor que a média obtida pelas empresas privadas, cujo lucro fora reduzido em favor de tais programas. Assim, reduziu-se de modo inegável a relação média produto-capital. Isto é, diminuiu o acréscimo de produto resultante de cada nova unidade de capital.

Aí está a estrutura do processo de perda de capacidade de expansão da economia brasileira. O exercício intelectual demonstra de modo claro que o PNB tem seu crescimento progressivamente comprometido por uma perda na capacidade de acumular capital, que multiplica outra perda na capacidade reprodutiva do novo capital.

A redução do ritmo de crescimento econômico, e mesmo seu desaparecimento, é uma consequência que integra o processo inflacionário desde seu agravamento. Pouco tem a ver com as recentes medidas antiinflacionárias. A estagflação que nos ameaça é fruto da inflação provocada pela excessiva presença do Estado na economia e dos erros de suas políticas.

(*) Consultor das Nações Unidas e ex-dirigente de empresas públicas e privadas.